



*Estado de Rondônia*  
*Câmara Municipal de Cacoal*  
***Procuradoria Jurídica***

---

**REFERENTE:** Projeto de Lei de Autoria do Vereador Luiz Antonio Nascimento Fritz

**REQUISITANTE:** *Comissão de Constituição e Justiça*

**ASSUNTO:** *Projeto de Lei n. 188/CMC/2024*

“Denomina a Unidade Básica de Saúde – UBS “Habitar Brasil”,  
para Unidade Básica de Saúde “Neuza Helena Gomes da Silva”.

**PARECER JURÍDICO**

**I- RELATÓRIO**

A Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Cacoal-RO, com fulcro no artigo 220 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, conhecendo da consulta acerca do processo em epígrafe, vem se manifestar da seguinte forma:

Cuida-se de proposição de autoria do Vereador Luiz Antônio do Nascimento Fritz, que tem como objetivo denominar a Unidade Básica de Saúde – UBS “Habitar Brasil”, para Unidade Básica de Saúde “Neuza Helena Gomes da Silva”.

*É o relato que importa! Opino.*

**II- LEGALIDADE**

Encontra-se regular e em ordem a tramitação deste Projeto de Lei.

Encontra-se regular a documentação necessária exigida pelo Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Cacoal.

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa assegurados aos Municípios, insculpidos no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal ) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal , Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal).



*Estado de Rondônia*  
*Câmara Municipal de Cacoal*  
***Procuradoria Jurídica***

---

A iniciativa referente a propositura, não possui vedação na Lei Orgânica do Município de Cacoal, conforme disposição do Art. 12, XI.

Dessarte, não vislumbramos no vertente Projeto de Lei qualquer vício que o macule.

Quanto à redação do projeto de lei, não sugerimos alterações.

Posto isso, esta Procuradoria opina pela regular tramitação da propositura, devendo ter o seu mérito submetido à apreciação do Plenário desta Câmara Legislativa, respeitando-se, para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o parecer.

Procurador-Geral da Câmara de Vereadores de Cacoal